



Ser professor (de Matemática) gago: memórias de processos de in/exclusão

Claudemir Aniz¹

Fernanda Malinosky Coelho da Rosa²

Resumo. Com o intuito de contribuir e ampliar as discussões do Encontro Nacional de Educação Matemática Inclusiva, este artigo visa trazer uma discussão sobre a gagueira que, mesmo não sendo um dos públicos assistidos pela Educação Especial, conforme a legislação nacional, é uma necessidade educacional, um transtorno do neurodesenvolvimento que se manifesta, em geral, antes da criança ingressar na escola e que acarreta prejuízo no funcionamento pessoal, social, acadêmico ou profissional durante toda a vida. Para tanto, apresentaremos uma discussão sobre a gagueira segundo o modelo médico descrito na Classificação Internacional de Doenças (CID) e no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-V), além de discutir um pouco sobre a Neurodiversidade, como uma possibilidade de olhar para a diferença sem se ater à padronizações. Posteriormente, traremos excertos da narrativa de um professor de Matemática gago para reflexão e análise de situações de exclusão na vida pessoal e profissional. Nesta perspectiva, não há como se apoiar no determinismo das classificações médicas, elas são importantes, garantem direitos, mas uma sociedade inclusiva requer uma atitude de respeito ao direito de cada um ser e se fazer na diferença. Portanto, os professores têm um papel significativo no desenvolvimento educacional dos alunos com gagueira, suas atitudes podem afetar significativamente o desempenho em sala de aula, bem como o progresso do estudante, independentemente da disciplina que está sendo ensinada.

Palavras-chave: Gagueira; Transtorno do neurodesenvolvimento; Transtorno da fluência; Transtorno da Comunicação; Educação Matemática Inclusiva.

Introdução

A Educação Inclusiva, em seu sentido mais amplo, tema central do Encontro Nacional de Educação Matemática Inclusiva (ENEMI), está relacionado a uma mudança de paradigmas, o qual a escola e a comunidade escolar devem estar preparadas para receber os/as estudantes, independente de diferenças linguísticas, culturais, étnicas, raciais, de gênero ou orientação sexual. Em outros termos, “Inclusão como a conhecemos hoje tem suas origens na Educação Especial” (UNESCO, 2005, p. 9); contudo, mesmo com o fato de muitos dos trabalhos que discutem a Educação Inclusiva serem associados ao público assistido pela Educação Especial, a inclusão envolve a adoção de uma visão ampla da “Educação para Todos”, atendendo às necessidades de todos os alunos, incluindo aqueles que são vulneráveis à marginalização e à exclusão.

Nessa direção, observa-se que mesmo que uma característica da Educação Inclusiva seja o olhar para a diferença, muitas das pesquisas ainda se concentram em diferenças de

¹ Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). E-mail: claudemir.aniz@ufms.br

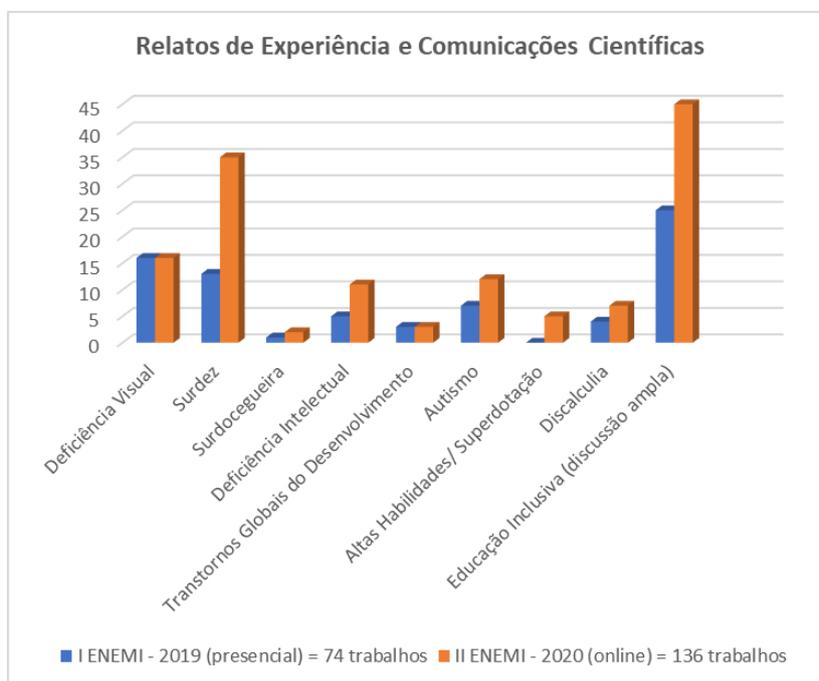
² Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). E-mail: fernanda.malinosky@ufms.br



III ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA INCLUSIVA
 04 a 06 de setembro de 2023
 Instituto Federal do Espírito Santo
 Vitória-ES

capacidade, isto é, alunos com alguma limitação sensorial (ARTILES; KOZLESKI; GONZALEZ, 2011). No próprio ENEMI podemos perceber isso ao olhar para as duas edições do evento que ocorreram em 2019 e 2020 (Gráfico 1):

Gráfico 1. Quantitativo de trabalhos do I e II ENEMI dividido por categorias



Fonte: Arquivo Pessoal

No levantamento feito sobre os temas dos relatos de experiência e das comunicações científicas no I e II ENEMI, temos que pouco mais de 66% dos trabalhos estavam relacionados ao público assistido pela Educação Especial ou com a Discalculia, como uma necessidade educacional especial. Os demais trabalhos traziam uma discussão mais ampla da inclusão e versavam sobre os seguintes temas:

I ENEMI - 2019	Educação do/no Campo, representatividade afro-brasileira, Matemática na capoeira, discussão sobre ansiedade matemática, normalidade e desenho universal, formação docente inicial ou continuada para a Educação Inclusiva, práticas inclusivas em salas de aula comum e no estágio supervisionado, inclusão na universidade e em Feiras de Matemática, parceria universidade-escola em Salas de Recursos Multifuncionais e os desafios do Atendimento Educacional Especializado.
II ENEMI - 2020	Integração de recursos físicos e digitais, bullying, avaliação, formação docente inicial ou continuada para a Educação Inclusiva, práticas inclusivas em salas de aula comum, os desafios do Atendimento Educacional Especializado, atividades intergeracionais e matemática, representações sociais, Cooperativas e vulnerabilidade social, ansiedade matemática, modelagem matemática, adaptação



	curricular, aulas remotas, Atendimento Pedagógico Domiciliar, design thinking, insubordinação criativa, lei de cotas.
--	---

Assim, com a intenção de aumentar as discussões do ENEMI e, conseqüentemente, as do GT13 – Diferença, inclusão e Educação Matemática, apresentamos neste artigo uma discussão sobre a gagueira, que é uma condição que aparece na infância, e traz consigo estigmas, pré-conceitos, *bullying*, além de possíveis impactos na escolha da profissão. Aqui nos limitaremos ao Ser professor e, antes de começarmos, questionamos ao leitor: *Quem pode ser professor(a)? Há os que não podem?*

Alguns podem responder: *Uma pessoa cega não pode ser professor(a), pois como ele vai vigiar a turma nas provas? Como vai preencher um diário (em papel)?* Ou questionar: *No caso da pessoa surda, como ele/ela vai se comunicar com a turma?*

Os questionamentos acima ou as respostas deles podem determinar quem pode ou não ser professor? *E no caso de uma pessoa com gagueira?*

Nosso artigo tem por objetivo trazer à baila a discussão sobre a gagueira que, como a Discalculia, não está no público assistido pela Educação Especial (BRASIL, 1996, 2008, 2015); contudo, é uma necessidade educacional, um transtorno do neurodesenvolvimento que se manifesta, em geral, antes da criança ingressar na escola e que acarreta prejuízo no funcionamento pessoal, social, acadêmico ou profissional durante toda a vida (APA, 2014).

No que segue apresentaremos a gagueira segundo o modelo médico descrito na Classificação Internacional de Doenças (CID) e no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-V), além de discutir um pouco sobre a Neurodiversidade, como uma possibilidade de olhar para a diferença sem se ater à padronizações.

Transtorno da Comunicação: a gagueira segundo o modelo médico e o modelo social

Nos documentos internacionais de classificação utilizados por médicos, psicólogos, fonoaudiólogos e terapeutas ocupacionais para diagnosticar transtornos mentais, existem os Transtornos do Neurodesenvolvimento que abarcam seis divisões: Deficiências Intelectuais, Transtornos da Comunicação, Transtorno do Espectro Autista, Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade, Transtorno Específico da Aprendizagem, Transtornos Motores (APA, 2014).



Os transtornos da comunicação³ abrangem: o transtorno da linguagem, o transtorno da fala, o transtorno da comunicação social e o transtorno da fluência com começo na infância. Os três primeiros são caracterizados “[...] por déficits no desenvolvimento e no uso da linguagem, da fala e da comunicação social, respectivamente.” (APA, 2014, p. 75).

Dado que o transtorno da fluência, a gagueira, “[...] é caracterizado por perturbações da fluência normal e da produção motora da fala⁴, incluindo sons ou sílabas repetidas, prolongamento de sons de consoantes ou vogais, interrupção de palavras, bloqueio ou palavras pronunciadas com tensão física excessiva.” (APA, 2014, p. 75).

Segundo o modelo médico, a gagueira está descrita na Classificação Internacional de Doenças (CID-10), por meio do código F98.5, como uma fala com “[...] repetição frequente ou prolongamento de sons ou sílabas ou palavras, ou por hesitações ou pausas frequentes que interrompem o fluxo rítmico da fala. Deve ser classificado como um distúrbio somente se sua gravidade for tal que perturbe acentuadamente a fluência da fala”⁵ (OMS, 2015, s/p, tradução nossa).

Cabe ressaltar que, após sete anos, foi publicada uma nova classificação, a CID-11, trazendo uma definição um pouco diferente da gagueira, sob o código 6A01.1:

O transtorno do desenvolvimento da fluência da fala é caracterizado por interrupção frequente ou generalizada do fluxo rítmico normal e taxa de fala caracterizada por repetições e prolongamentos em sons, sílabas, palavras e frases, bem como bloqueio e evitação ou substituições de palavras. A disfluência da fala é persistente ao longo do tempo. O início da disfluência da fala ocorre durante o período de desenvolvimento e a fluência da fala está bem abaixo do que seria esperado para a idade. A disfluência da fala resulta em prejuízo significativo na comunicação social, pessoal, familiar, social, educacional, ocupacional ou outras áreas importantes do funcionamento. A disfluência da fala não é mais bem explicada por um Transtorno do Desenvolvimento Intelectual, uma Doença do Sistema Nervoso, uma deficiência sensorial ou uma anormalidade estrutural ou outro distúrbio de fala ou voz⁶ (OMS, 2022, s/p, tradução nossa).

³ Segundo APA (2014), “Comunicação inclui todo comportamento verbal e não verbal (intencional ou não) que influencia o comportamento, as ideias ou as atitudes de outro indivíduo.” (p. 85)

⁴ Segundo APA (2014), “Fala é a produção expressiva de sons e inclui a articulação, a fluência, a voz e a qualidade da ressonância de um indivíduo.” (p. 85)

⁵ “Speech that is characterized by frequent repetition or prolongation of sounds or syllables or words, or by frequent hesitations or pauses that disrupt the rhythmic flow of speech. It should be classified as a disorder only if its severity is such as to markedly disturb the fluency of speech.” (OMS, 2015, s/p)

⁶ “Developmental speech fluency disorder is characterised by frequent or pervasive disruption of the normal rhythmic flow and rate of speech characterised by repetitions and prolongations in sounds, syllables, words, and phrases, as well as blocking and word avoidance or substitutions. The speech dysfluency is persistent over time. The onset of speech dysfluency occurs during the developmental period and speech fluency is markedly below what would be expected for age. Speech dysfluency results in significant impairment in social communication, personal, family, social, educational, occupational or other important areas of functioning. The speech dysfluency is not better accounted for by a Disorder of Intellectual Development, a Disease of the Nervous System, a sensory impairment, or a structural abnormality, or other speech or voice disorder.” (OMS, 2022, s/p)



III ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA INCLUSIVA
04 a 06 de setembro de 2023
Instituto Federal do Espírito Santo
Vitória-ES

Foi possível perceber que na CID-11 o termo gagueira foi substituído por “transtorno do desenvolvimento da fluência da fala” e traz características mais objetivas em sua definição em relação a CID-10, tais como: início no período de desenvolvimento da fala e que não tem associação com outros distúrbios.

Além da CID, o modelo médico possui o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-V) que, por meio do código 315.35, também descreve a gagueira como um Transtorno da Comunicação e a coloca como “[...] uma perturbação na fluência normal e no padrão temporal da fala inapropriada à idade do indivíduo.” (APA, 2014, p. 89). A Associação Americana de Psicologia (APA, 2014) continua esclarecendo que:

Essa perturbação caracteriza-se por repetições frequentes ou prolongamentos de sons ou sílabas e por outros tipos de disfluências da fala, incluindo palavras interrompidas (p. ex., pausas no meio de uma palavra), bloqueio audível ou silencioso (i.e., pausas preenchidas ou não preenchidas na fala), circunlocuções (i.e., substituições de palavras para evitar palavras problemáticas), palavras produzidas com excesso de tensão física e repetições de palavras monossilábicas (p. ex., “Eu-eu-eu-eu vejo”). (p. 90)

Além de trazer a definição médica, a Associação Americana ainda traz que a gagueira interfere na comunicação social, no sucesso acadêmico ou profissional, pois quando há pressão especial para se comunicar como em uma entrevista de emprego ou em uma apresentação em público, a perturbação na fluência pode ser mais grave, mais acentuada. De maneira oposta, a disfluência da fala “[...] está frequentemente ausente durante a leitura oral, o ato de cantar ou conversar com objetos inanimados ou animais de estimação.” (APA, 2014, p. 90).

Iniciamos este tópico apresentando as definições da gagueira por meio de trechos da Classificação Internacional de Doenças (CID) e do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM). Essas definições (ou códigos) são utilizados pela comunidade médica para emitir laudos, classificar, identificar, buscando características desviantes do padrão, seja ele biológico, psicológico ou comportamental. Nessa perspectiva, Orrú (2017) declara que a CID e o DSM:

[...] materializam o abstrato pela subjetivação do outro e o coisificam, de modo que este já não é mais o João ou a Maria, porém a coisa nomeada de forma universal a partir do agrupamento de pessoas identificadas com um mesmo quadro de sintomas construídos socialmente [...]. A materialização da coisa no indivíduo marca sua identidade com matriz biológica, ignorando a presença de outros componentes históricos e sociais que constituem a pessoa como um ser singular. (p. 21)

Assim, o diagnóstico médico que ao mesmo tempo pode trazer respostas e, eventualmente, acesso à direitos, à legislação, pode carregar consigo estereótipos, pré-conceitos, a classificação pela falta ou ausência, como um mecanismo que padroniza,



normaliza, despersonalizar pessoas e que procura categorizar identidades agrupadas pela diferença, especialmente, por anomalias (ORRÚ, 2017).

Como crítica ao modelo médico, no século XX, surge o modelo social com a concepção de que deficiência é idealizada a partir de uma normatização, de padrões esperados socialmente, o qual não busca uma “cura” ou um ideal de normalidade (HONEYBOURNE, 2018).

A neurodiversidade provém com o intuito de ser uma dimensão do modelo social da deficiência porque, além de ampliar o olhar para um contexto social, de valorização das experiências e da diferença das pessoas, de luta contra o estigma e a discriminação, ela toma alguns elementos do modelo médico, sem se apoiar no determinismo, mas admitindo que há diferenças neurológicas e a perspectiva de obter ajuda com terapias que melhorem a qualidade de vida dos indivíduos (SINGER, 2017). Esse conceito, atualmente, está para além da comunidade autista, onde teve início, a fim de abranger outros transtornos do neurodesenvolvimento, como a discalculia, a dislexia e, aqui, estamos incluindo a gagueira. Segundo Honeybourne (2018), não é insinuar que os transtornos supracitados não existam, eles somente devem ser vistos de forma diferente, dado que nenhum cérebro humano funciona de forma igual, não há uma maneira mais correta, padronizada ou mais normal de funcionamento e isso acarreta em modos singulares de processamento de informação, aprendizado e interação, todos igualmente válidos.

Cabe dizer que essa forma de ver, não nega laudos e direitos conquistados por meio deles, no entanto, desconsidera padrões sociais que vem de uma concepção de que existe um desempenho neurocognitivo mais esperado do que outros e quem não está dentro da norma pode precisar de amparo, o que é um estigma que afeta a autoimagem do sujeito (SINGER, 2017). Com o olhar na perspectiva da Neurodiversidade, apresentamos a seguir trechos de uma narrativa de um professor de Matemática gago, os quais fizemos uma análise.

Ser professor (de Matemática)⁷: excertos autobiográficos e uma análise na perspectiva da Educação Inclusiva

No tópico anterior apresentamos o modelo médico relacionado à gagueira, principalmente que ela aparece nos primeiros anos de vida da pessoa, trouxemos também a Neurodiversidade. Nossa intenção aqui é analisar e discutir trechos de um relato autobiográfico

⁷ A Matemática está entre parênteses, pois os relatos que estão neste tópico independem da disciplina lecionada, mas muitos são do professor de Matemática que está como primeiro autor deste artigo.



III ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA INCLUSIVA
04 a 06 de setembro de 2023
Instituto Federal do Espírito Santo
Vitória-ES

de um professor gago, primeiro autor desta comunicação científica, nos apropriando do lema “Nada Sobre Nós, Sem Nós”⁸. Ainda, cabe esclarecer que o relato foi transcrito pela segunda autora, a qual pediu que ele contasse sobre situações de exclusão que teria vivenciado. Nessa perspectiva, apresentaremos, em itálico, alguns excertos da narrativa do professor em questão juntamente com reflexões. Cabe dizer que os trechos não estão dispostos em ordem cronológica.

O autor-narrador-professor tem 49 anos, trabalha no ensino superior em uma instituição pública, tem mestrado e doutorado em Matemática, área de Topologia e ficou gago aos 7 anos de idade, no início da década de 1980: *“Eu nunca tive um laudo médico da gagueira. Na época não tinha como ir ao médico por condições financeiras, fui diagnosticado gago pela sociedade, tinha um senso comum que dizia que quando eu crescesse, ia deixar de gaguejar”*.

Esse pensamento provém de uma crença popular de que a gagueira se cura sozinha e, de acordo com Chang (2011), isso é explicado pelo fato de que até 80% das crianças que apresentam gagueira na infância se recuperam naturalmente. Como não há como prever a remissão espontânea, a não procura por atendimento especializado pode ser muito prejudicial para as crianças que se beneficiaram da intervenção precoce. Atualmente, a recomendação é que se procure ajuda especializada em todos os casos em que a criança apresenta gagueira (CHANG, 2011).

À época, na década de 1980, é importante lembrar que pouco se falava sobre ter um olhar inclusivo para as famílias ou profissionais da educação, além de pouco se pensar em propostas de formação inicial ou continuada de professores para conversar com os familiares sobre possíveis percepções ou evitar processos de exclusão em diferentes etapas da vida escolar ou acadêmica. O Brasil só assumiu o compromisso da proposta de “Educação para Todos”, a partir da década de 1990, quando comprometeu-se com a construção de um sistema educacional inclusivo, reconhecendo a demanda e urgência do oferecimento de educação para as crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais dentro do sistema regular de ensino.

O primeiro excerto traz um diagnóstico que não ocorreu oficial, enquanto o segundo mostra um pensamento que ele teve quando começou a ler um pouco mais sobre a gagueira: *“Quando eu era mais novo, pensava: ‘Quando for pai, tenho preferência por uma menina’. Pensava isso porque sabia que há menos mulheres com gagueira”*

⁸ Lema adotado pelas pessoas com deficiência que será apropriado neste artigo.



III ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA INCLUSIVA
04 a 06 de setembro de 2023
Instituto Federal do Espírito Santo
Vitória-ES

Esse pensamento se dá, pois a gagueira aparece mais em homens do que em mulheres, além disso, “[...] a remissão espontânea ocorre com muito mais frequência entre as meninas, resultando em uma proporção de gênero de aproximadamente 5:1 entre adultos (5 homens para cada mulher)” (CHANG, 2011, p. 2).

Após terminar o 2º grau (atualmente, Ensino Médio), chegou o momento de decidir o que faria depois, então ele escolheu fazer o vestibular e sobre esse assunto, ele diz:

Eu escolhi Matemática licenciatura ao acaso. Na minha época entrar na faculdade era difícil, eu estudava em escola pública, então se eu colocasse Engenharia Civil poderia não entrar. Na verdade eu não escolhi ser professor, foi a profissão que me escolheu. Eu nunca pensei em ser professor, eu era bom em Matemática, queria fazer Engenharia Civil, mas marquei o curso de Matemática licenciatura por ser menos concorrido. Como comecei a me destacar nas disciplinas, segui até o final do curso e tive que me virar para ser professor por causa da gagueira. [...] Um tio meu questionou: ‘Como vai ser professor, se você é gago?’

Ainda, o professor narra que “*Sorte que sou professor de Matemática, que é mais objetivo, não tem tanto essa subjetividade*”, como o conteúdo é valorizado tanto quanto a forma de transmiti-lo, ele sugere uma compensação. Vivemos em uma sociedade na qual a fala é uma das principais formas de transmitir informações, liderar e influenciar pessoas.

O estigma e a estereotipia também estão presentes no relato. O estigma refere-se a sinais corporais que são usados para evidenciar algo de bom ou ruim sobre a dignidade de quem os apresenta (GOFFMAN, 2008). O mesmo autor afirma que “Um atributo que estigmatiza alguém pode confirmar a normalidade de outrem, portanto, ele não é, em si mesmo, nem honroso nem desonroso” (Ibidem, p. 13). Há os que não reconhecem nem respeitam a diferença que existe em todo o ser humano e excluem os que não são enquadrados na identidade normal propagada socialmente.

Nessa direção, o estereótipo está intimamente ligado à discriminação que retrata alguns rótulos, clichês e crenças de pessoas. Nosso autor-narrador-professor diz que: “*Muitas vezes ouvi das pessoas: É só ter calma, respira fundo. Fala devagarinho que você consegue...*” ou ainda:

Quando você não tem uma fluência, passa uma imagem de insegurança. No início das aulas eu já aviso para meus alunos: ‘Pessoal, eu sou gago, não sou inseguro não’. Essa imagem de insegurança talvez ocorra porque temos uma sociedade que preza a fluência, que tem cursos de oratória para aprender a falar em público e quando você não atende essas expectativas, isso causa uma negatividade.

É possível perceber nos trechos a criação de um estereótipo de uma pessoa com gagueira, como uma pessoa que consegue controlar a fluência da fala ou como uma pessoa insegura, por talvez não atingir as expectativas impostas pela normalidade. Crenças são



III ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA INCLUSIVA
04 a 06 de setembro de 2023
Instituto Federal do Espírito Santo
Vitória-ES

verbalizadas devido a ignorância ou distorção dos fatos e essa é também uma forma de exclusão.

Às vezes, analisa-se o formato da fala ficando em segundo plano o conteúdo. Nesta perspectiva, pessoas que gaguejam podem passar a imagem de ser ansiosas e inseguras, além de reduzir as oportunidades no mercado de trabalho. Este tema foi abordado por Araújo, Santos e Dutra (2019) em estudo realizado com quatro indivíduos com diferentes níveis de gagueira e concluiu que: “[...] a fala é um fator que interfere no momento da busca de um emprego e que eles vão em busca de uma vaga que não necessite se expressar verbalmente, aumentando a probabilidade dessas pessoas estarem insatisfeitas com o cargo, e que a gagueira interfere na vida desse indivíduo na busca de uma ocupação.” (ARAÚJO; SANTOS; DUTRA, 2019, p. 4). Foi possível perceber também pela análise dos dados da pesquisa que quanto maior é o grau de severidade da gagueira maiores são as dificuldades no mercado de trabalho.

Ao ler esses excertos e o questionamento sobre a profissão, identificamos o Capacitismo, o qual possui um entendimento baseado na norma, em um padrão corporal humano que expõe uma crença de que corpos desviantes serão insuficientes, ou seja, os sujeitos que são determinados como incapazes devido à sua condição, há uma subestimação da capacidade e aptidão de pessoas em virtude de alguma limitação (VENDRAMIN, 2019).

Na narrativa ainda foi possível perceber alguns momentos em que a tensão que interferem diretamente na fluência da fala:

Quando eu era criança, eu não conseguia falar ‘Presente’ na hora da chamada. Só falava: ‘Aqui’, quando ela chamava meu nome. Esse momento já causava uma tensão. [...]

O que eu percebo é que não adianta se preparar muito para uma apresentação, estuda muito e, quando chega lá, você tem dificuldade para falar e acaba simplificando as coisas. E isso causa um desânimo. Você pode ter preparado 10 slides, mas pela dificuldade só apresenta 5 e o conteúdo acaba ficando prejudicado. [...]

Se você precisa ter uma rapidez para pedir uma informação, isso complica, porque isso causa uma pressão e você precisa de mais tempo.

Como na situação ocorrida na hora da chamada, pode se dar um temor antecipatório do problema. Assim, o falante tenta mecanismos linguísticos para evitar disfluências como evitar algumas palavras ou sons, alterar a velocidade da fala, entre outros; além disso, pode se esquivar de situações como falar em público ou ao telefone (APA, 2014). Na vida acadêmica e na rotina apresentação oral de trabalhos, a dificuldade na fala pode gerar a simplificação da mensagem ocasionando perda de informação e frustração por parte da pessoa com gagueira. De acordo com Büchel e Sommer (2004), as “[...] vacilações na fala não são prontamente



III ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA INCLUSIVA
04 a 06 de setembro de 2023
Instituto Federal do Espírito Santo
Vitória-ES

controláveis e podem ser acompanhadas por outros movimentos e por emoções de natureza negativa, tais como embaraço ou irritação.” (p. 159).

Ademais, estresse e ansiedade aparecem como elementos que intensificam a disfluência. Contudo, há ainda o chamado “sintoma de congelamento” que pode levar a pessoa com gagueira a não conseguir falar, momentaneamente, podendo ocasionar o uso de mímica como auxílio para se expressar, como uma compensação, e gerar uma má interpretação ou julgamento das pessoas próximas.

Na narrativa feita pelo professor, há episódios de pessoas remedando ou debochando da dificuldade na fluência, o que demonstra não só a falta de respeito e intolerância com o Outro, mas também a ignorância em relação à gagueira e à inclusão. Há a necessidade de discussão desses pontos em ambientes escolares e não escolares. Segundo Orrú (2017),

A inclusão não comunga com o preconceito. E o preconceito dói! Ele machuca, rasga a alma. E ainda é pior do que lidar com atitudes preconceituosas reveladas, é lidar com o preconceito velado. Esse sim é cruel e malicioso e, infelizmente, ele pode ser cotidiano, ele pode ser comum. (p. 102)

A gagueira é um transtorno com características objetivas descritas tanto pela Classificação Internacional de Doenças (CID) como pelo Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM- V) e deve ser levada a sério. As interrupções na fala não podem ser controladas e, em uma sociedade cujo padrão é a fluência, pode causar uma limitação ao desenvolvimento pessoal, acadêmico, profissional e em qualquer outra área na qual a fala é um fator determinante para o sucesso.

Para (não) concluir...

O transtorno da fluência, a gagueira, é um Transtorno do Neurodesenvolvimento, mais especificamente, é um Transtorno da Comunicação caracterizado por perturbações da fluência normal e da produção motora da fala, conforme o modelo médico. De acordo com as estatísticas apresentadas por Chang (2011), estima-se que 1% da população mundial possui o transtorno da fluência. Levando em consideração que o Brasil possui aproximadamente 207 milhões de habitantes, segundo dados do IBGE, temos 2,07 milhões de pessoas com gagueira, o que não é uma quantidade pequena comparada ao número de pesquisas acadêmicas sobre o tema na área de Educação. A maior parte dos trabalhos está na área da Fonoaudiologia.

Para além deste modelo e das estatísticas, que trazem padronizações e categorizam identidades agrupadas pela diferença, temos o modelo social e a Neurodiversidade que são movimentos que vão além do que é ditado por uma população que se considera dominante.



III ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA INCLUSIVA
04 a 06 de setembro de 2023
Instituto Federal do Espírito Santo
Vitória-ES

Orrú (2017) tem um olhar para os modelos médico e social e faz um paralelo de indivíduos no “entre”, apontando que:

Assim, caminhando nas fronteiras⁹ e por entre elas, para além da transformação de uma circunstância, está o encontro do modo de Ser para construir recursos que abram brechas para a ruptura com a subordinação posta e corroborem a vontade de singularidade e diferença. [...] As fronteiras são lugares e mutações, são professadas pela capacidade de transgredir ao que está posto; são imbuídas de multiplicidade, reciprocidade e relatividade. [...] A fronteira, a entrelinha, ensina-nos a conviver com as diferenças, com a incompletude do ser e das coisas.” (p. 29)

Nesta perspectiva, não há como se apoiar no determinismo das classificações médicas, elas são importantes, garantem direitos, mas uma sociedade inclusiva requer uma atitude de respeito ao direito de cada um ser e se fazer na diferença (RODRIGUES, ROSA, MANOEL, 2022).

Ao chegar aqui o leitor pode se questionar: "Cadê a Matemática?" Por não ter atividades da referida disciplina. Ainda, “o que isso tem a ver com a Matemática ou com a Educação Matemática?”.

A Matemática, como um todo, ou a Educação Matemática deve ter um olhar para a diferença e discussões/reflexões que impeçam padrões homogeneizantes e exclusões veladas, que resultam no afastamento físico dos indivíduos, que são considerados sem condições adequadas para o seu pleno desenvolvimento na disciplina. Nesse sentido, concordamos com Rodrigues, Rosa e Manoel (2022) quando dizem que “[...] a Matemática Escolar, da forma como é praticada, produz exclusões, pois quem não pode (ou não quer) se adequar aos seus modelos e às suas práticas é excluído.” (p. 429). Isso acontece não só no âmbito educacional, mas também social, tendo em vista que é utilizada como instrumento de seleção e barreira social. Assim, os professores têm um papel significativo no desenvolvimento educacional dos alunos com gagueira, nosso foco aqui, suas atitudes podem afetar significativamente o desempenho em sala de aula, bem como o progresso do estudante, independentemente da disciplina que está sendo ensinada (SILVA et al, 2016).

Além das falas trazidas neste artigo, lemos outros relatos de pessoas com gagueira¹⁰ e refletimos sobre a exclusão que fere e muda escolhas pessoais e profissionais. Elas mencionam um sonho do Ser Professor, enquanto escolha profissional, mas expressam a tensão, a falta de coragem, o receio de não serem aceitos. Alguns narram que não pensavam que era possível

⁹ Orrú traz o conceito de "fronteira" pautado nos estudos de Deleuze.

¹⁰ Disponível em <https://www.mairaborges.com/2020/08/professor-com-gagueira-como-e-possivel.html?m=1>. Acesso em 12 mai. 2023.



III ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA INCLUSIVA
04 a 06 de setembro de 2023
Instituto Federal do Espírito Santo
Vitória-ES

pensar em ser docente por conta da disfluência e que percebem outras pessoas com gagueira se "escondendo" em profissões que não envolvem tanto a fala. Há, ainda, os que expressam o quando o preconceito dói e isso vem não só dos alunos, há os que apoiam o professor e têm atitudes inclusivas. Assim, em muitos casos, a gagueira prejudica severamente a capacidade de o indivíduo se comunicar, levando a consequências sócioeconômicas, incluindo a escolha da profissão (BÜCHEL; SOMMER, 2004).

O desenvolvimento da gagueira acarreta sérias consequências na vida do indivíduo podendo trazer efeitos psicológicos, gerando sentimentos negativos, vergonha, medo e angústia relacionados à fala. É fundamental orientar os profissionais da educação para conseguirem identificar a disfluência precocemente e desenvolver estratégias que estimulem a comunicação.

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS/MEC – Brasil e com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior Brasil (Capes) – Código de Financiamento 001.

Referências

ARAÚJO, Pollyana Silva; SANTOS, Andréia Cristina Munzlinger dos; DUTRA, Gabriela de Luccia. Mercado de trabalho e indivíduos com gagueira: a visão do empregado. In: Seminário Transdisciplinar da Saúde, 7. 2019, Várzea Grande. **Anais...**, Várzea Grande, MT: UNIVAG, 2019, p. 34-39.

APA. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-V**. Tradução: Maria Inês Corrêa Nascimento et al. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014. Disponível em: https://www.alex.pro.br/DSM_V.pdf Acesso em: 12 mai. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: MEC/SEF, 1996.

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC, 2008.

BRASIL. Casa Civil. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, 2015.

BÜCHEL, Christian; SOMMER, Martin. O Que Causa a Gagueira?. **PLoS Biology**. n. 2, v. 2, 2004. p. 159-164. Tradução de Hugo Silva.

CHANG, Soo-Eun. Usando a Neuroimagem para Desvendar os Mistérios da Gagueira. **Cerebrum: the Dana Forum on Brain Science**. Dana Foundation, 2011. Tradução: Hugo Silva. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1140cPGHWMPT3Zbl--Z_g_WVaYQIS0rJ/view. Acesso em: 12 mai. 2023.



III ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA INCLUSIVA
04 a 06 de setembro de 2023
Instituto Federal do Espírito Santo
Vitória-ES

HONEYBOURNE, Victoria. **The Neurodiverse Classroom: A Teacher's Guide to Individual Learning Needs and how to Meet Them**. Jessica Kingsley Publishers, 2018.

OMS.Organização Mundial da Saúde. **CID-10** [ICD-10]. Version: 2015. Disponível em: <http://apps.who.int/classifications/icd10/browse/2015/en#/F98.5> Acesso em: 12 mai. 2023.

OMS.Organização Mundial da Saúde. **CID-11** [ICD-11]. Version: 2022. Disponível em: <https://icd.who.int/browse11/l-m/en#/http%3a%2f%2fid.who.int%2fid%2fentity%2f654956298> Acesso em: 12 mai. 2023.

ORRÚ, Sílvia Ester. **Re-inventar da inclusão: os desafios da diferença no processo de ensinar e aprender**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2017.

RODRIGUES, Thiago Donda; ROSA, Fernanda Malinosky Coelho da; MANOEL, Alan Pereira. Exclusion and inclusion processes in Mathematics classrooms: reflections on difference, normality and cultural issues within three different contexts. **The Mathematics Enthusiast**, v. 19, n. 2, 2022. p. 422-441.

SILVA, Lorene Karoline; MARTINS-REIS, Vanessa de Oliveira; MACIEL, Thamis Moreira; RIBEIRO, Jessyca Kelly Barbosa Carneiro; SOUZA, Marina Alves de; CHAVES, Flávia Gonçalves. Gagueira na escola: efeito de um programa de formação docente em gagueira. **CoDAS**. Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia, v.3, n. 28, 2016. p. 261-268.

SINGER, Judy. **Neurodiversity: The birth of an idea**. Amazon Kindle eBook, self-published, 2017.

VENDRAMIN, Carla. Repensando mitos contemporâneos: o capacitismo. In: Simpósio Internacional repensando mitos contemporâneos, 3. 2019, Campinas. **Anais...**, Campinas, SP: UNICAMP, 2019, p. 16-25.